

Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.

2016

## PLANO DE ATIVIDADES & ORÇAMENTO



## ÍNDICE

<b>NOTA INTRODUTÓRIA</b>	<b>3</b>
<b>ENQUADRAMENTO DO CENTRO HOSPITALAR NA REGIÃO</b>	<b>6</b>
<b>ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS</b>	<b>11</b>
<b>ORÇAMENTO PARA 2016</b>	<b>26</b>
<b>Proposta de orçamento para 2016</b>	<b>26</b>
<b>Indicadores de recursos humanos</b>	<b>29</b>
<b>Justificação da Proposta do Orçamento de Receita</b>	<b>31</b>
<b>Justificação da Proposta do Orçamento de Despesa</b>	<b>31</b>
<b>Justificação do Saldo Global</b>	<b>32</b>
<b>Justificação indicadores</b>	<b>32</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS</b>	<b>34</b>
<b>Demonstração de resultados previsional</b>	<b>34</b>
<b>Balanço previsional</b>	<b>36</b>
<b>Demonstração de fluxos de caixa previsional</b>	<b>38</b>
<b>DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO OE2016</b>	<b>40</b>

## NOTA INTRODUTÓRIA

O Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E., adiante designado por CHMA, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 50-A/2007 de 28 de fevereiro, possui o número de identificação de pessoa coletiva 508 093 937 e tem sede em Santo Tirso.

O CHMA resulta da agregação dos seguintes hospitais:

- Hospital Conde de São Bento – Unidade de Santo Tirso;
- Hospital S. João de Deus, E.P.E. – Unidade de Vila Nova de Famalicão.

O CHMA é uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial nos termos do atual Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que define o regime jurídico do sector empresarial do estado.

O CHMA rege-se ainda pelos seus Estatutos, definidos no Decreto-Lei nº 233/2005 de 29 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei nº 244/2012, de 9 de novembro, bem como por toda a legislação emitida pelo Ministério da Saúde sobre prestação de cuidados de saúde e rede de referenciamento hospitalar, para o Serviço Nacional de Saúde, designadamente pelo Decreto-Lei nº 11/93, de 15 de Janeiro, e demais atualizações, que aprova o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, e pela Lei nº 48/90, de 2 de Agosto no que concerne à Lei de Bases da Saúde, com as alterações decorrentes da Lei nº 27/2002 de 8 de novembro.

O presente Plano de Atividades & Orçamento pretende discriminhar os objetivos a atingir, definir a estratégia para a consecução das atividades e projetos e afetar e mobilizar os adequados recursos, tendo sempre subjacente a missão, a visão, os valores e objetivos que devem nortear toda a atividade do Centro Hospitalar:

### Missão

Prestar cuidados de saúde a toda a população, de forma integrada, através de uma rede de serviços de fácil acesso, com uma eficiência técnica e social de elevado nível, que permita a obtenção de ganhos em saúde. Colabora, ainda, no desenvolvimento dos programas de saúde de âmbito regional e ou nacional, promovidos pela tutela ou entidades parceiras.

### Visão

Contribuir para ampliar e melhorar a acessibilidade das pessoas aos seus serviços e otimizar a utilização dos recursos existentes, através de um atendimento de qualidade, em tempo útil, com eficiência e humanidade no quadro dos recursos disponíveis e das capacidades instaladas. Apostar no desenvolvimento de parcerias sinérgicas e articulação com outros serviços de saúde, sociais e de

ensino tornando o CHMA, E.P.E. uma instituição de referência nacional e internacional ao nível da prestação de cuidados e da investigação.

#### Valores

- **Rigor.** Promover a responsabilidade individual e coletiva na boa prática clínica e na adequada utilização de recursos;
- **Transparência na governação.** Privilegiar uma relação personalizada, escutar e dar resposta às preocupações e necessidades e oferecer sempre um serviço humanizado, seguindo elevados padrões de comportamento ético;
- **Inovação.** Adotar formas de atuação inovadoras, que promovam serviços mais eficazes, cómodos e rápidos. O mesmo princípio é válido para procedimentos internos que visam melhorar os serviços em rapidez e rigor;
- **Qualidade.** Promover o trabalho em equipa, a responsabilidade individual, a iniciativa, a confiança, o nível de serviço e a comunicação, conseguindo assim elevados níveis de participação entre todos. Apostar no desenvolvimento pessoal e profissional dos nossos colaboradores, capitalizando todo o conhecimento criado numa importante fonte de informação e diferenciação para todos;
- **Responsabilidade Social e Ambiental.** Respeitar o bem-estar e o futuro da comunidade onde estamos inseridos, fomentando um espírito ativo de responsabilidade social e ambiental;
- **Performance.** Alcançar de uma forma continuada os melhores indicadores, com o objetivo de cumprir a nossa missão, garantindo o presente e sustentando o nosso desenvolvimento futuro;
- **Equidade.** Imparcialidade no tratamento e igualdade no acesso.

#### Objetivos para satisfazer a missão

- Prestar cuidados de saúde diferenciados, de qualidade, em tempo adequado, com eficiência e em ambiente humanizado;
- Intervir na prevenção da doença;
- Constituir-se como entidade de referência na elaboração de padrões para a prestação de cuidados;
- Promover a formação, como condição para uma prática excelente;
- Promover a investigação em cuidados de saúde;
- Prosseguir a melhoria contínua da qualidade;

- Promover o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores através da responsabilização por resultados, instituindo em simultâneo uma política de incentivos à produtividade, ao desempenho e ao mérito;
- Otimizar a utilização dos recursos disponíveis;
- Desenvolver programas de melhoria da eficiência operacional, tendentes a garantir o equilíbrio económico-financeiro.

Adiante, sob os títulos “atividades previstas e recursos”, “justificação do saldo global” e “justificação indicadores”, é dada nota sobre as principais atividades geradoras de novos encargos ou receitas face a exercícios anteriores.

## Enquadramento do Centro Hospitalar na região

### Envolvente externa

A área de influência do Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. comprehende a área geográfica dos concelhos de Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Trofa. Ao nível dos cuidados primários os três Municípios são servidos pelo Agrupamento de Centros de Saúde Ave III - Famalicão e Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto I - Santo Tirso / Trofa. A população residente tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos em todos os três concelhos e era de 241.684 habitantes em 2014, sendo que 52,14% dos indivíduos são do sexo feminino<sup>1</sup>.

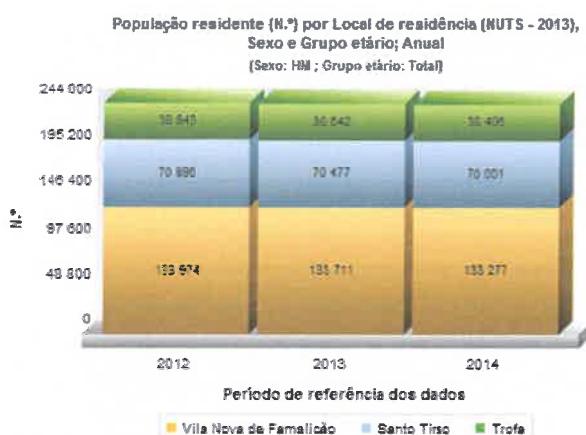


Gráfico 1: população residente nos concelhos da área de influência do CHMA

Inserida no contexto da região Norte, a área de influência do CHMA tem sido afetada por um envelhecimento acentuado da população justificado em simultâneo pela diminuição da taxa de natalidade e pelo aumento da esperança média de vida.

A taxa bruta de natalidade tem apresentado uma tendência decrescente ao longo dos últimos tempos, quer para a região Norte, quer para o Continente, sendo, em 2014, de 7,9 nados vivos por cada 1000 habitantes em Portugal Continental e de 7,2 nados vivos por cada 1000 habitantes na região

<sup>1</sup> atualização efetuada em junho de 2015 pelo INE segundo os Censos 2011

Norte. Nos concelhos da área de influência do CHMA tem vindo a ser sistematicamente inferior à do país e em 2014 eram de 6,6 em Santo Tirso, 6,8 na Trofa e 7,2 em Vila Nova de Famalicão<sup>2</sup>.

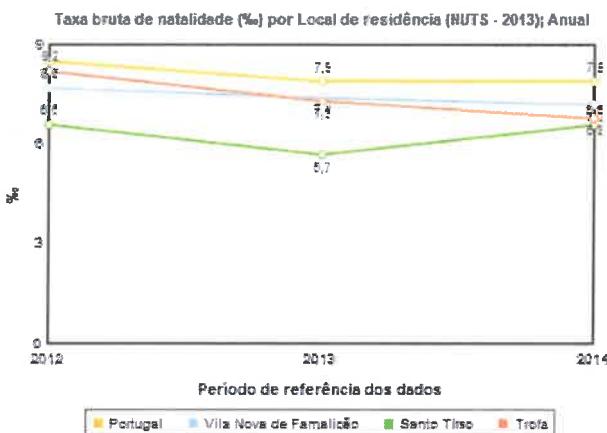


Gráfico 2: taxa bruta de natalidade

O índice de envelhecimento relaciona a população idosa e a população jovem. A nível nacional, em 2014, para cada 100 jovens com menos de 15 anos existiam 141,1 idosos com 65 anos ou mais. Nos

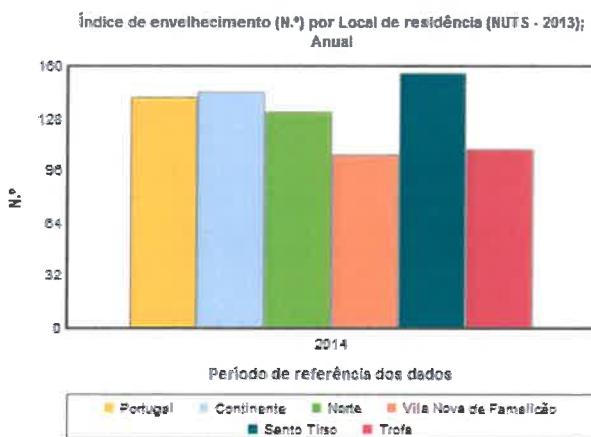


Gráfico 3: índice de envelhecimento da população

três concelhos da área de influência do CHMA esta proporção é de 100 para 106,0 em Vila Nova de Famalicão; 100 para 155,5 em Santo Tirso e 100 para 109,2 na Trofa<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> atualização efetuada em junho de 2015 pelo INE segundo os Censos 2011

<sup>3</sup> atualização efetuada em junho de 2015 pelo INE segundo os Censos 2011

Verifica-se um crescente envelhecimento da população, com aumento do índice de longevidade e uma diminuição da taxa de natalidade, aumentando deste modo as necessidades em cuidados de saúde e o desafio do Centro Hospitalar na adaptação das suas estruturas e funcionamento para melhor responder à crescente procura de serviços.

#### Envolvente interna

##### *Carteira de Serviços*

###### **Internamento**

Desde a criação do CHMA a lotação praticada tem vindo a ser reduzida na sequência da concentração de serviços efetuada no âmbito de opções internas e em linha com as opções estratégicas da Tutela.

Em 2015 o CHMA contou em permanência com 276 camas para internamento de doentes e 21 berços repartidas de acordo com a informação no quadro *lotação praticada no CHMA*.

Serviço/enfermaria	Camas
Medicina interna I	52
Medicina interna II	41
Cirurgia geral	71
Ginecologia	10
Obstetrícia	21
Ortopedia	43
Pediatria	19
Neonatologia	9
ICD	10
<b>Total</b>	<b>276</b>
Berçário	21

**Quadro 1: lotação praticada no CHMA**

Em situações de crise está previsto o aumento de disponibilidade de até 10 camas suplementares que habitualmente estão afetas a uso particular. Enquanto usadas a título particular o respetivo encargo financeiro está a cargo do ocupante de acordo com o enquadramento legal previsto.

###### **Bloco operatório**

O CHMA conta com oito salas de bloco operatório. Uma sala é afeta ao Serviço de Urgência e outra é preferencialmente afeta a cirurgia de ambulatório, sendo que todas elas têm condições para a realização de cirurgias convencionais.

###### **Consulta externa**

No que respeita à Consulta Externa a atual oferta é a seguinte:

*Consultas médicas*

- Anestesiologia
- Cardiologia
- Cirurgia geral
- Medicina interna
- Obstetrícia
- Ginecologia
- Ortopedia
- Pediatria
- Medicina física e de reabilitação
- Oftalmologia
- Oncologia médica
- Neurologia
- Imunohemoterapia
- Pneumologia
- Otorrinolaringologia
- Saúde mental

*Consultas não médicas*

- Psicologia clínica
- Apoio nutricional e dietética

**Meios complementares de diagnóstico e terapêutica**

Ao nível dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT), a atual oferta assegura o funcionamento dos serviços de prestação de cuidados e potencialmente poderá prestar serviços ao exterior, para o que se admite a promoção e dinamização da mesma. A oferta de MCDT do CHMA enquadra-se no âmbito de:

- Patologia clínica
- Imagiologia
- Imunohemoterapia
- Medicina física e de reabilitação
- Cardiologia
- Oftalmologia
- ORL
- Ginecologia / Obstetrícia

- Pneumologia
- Gastroenterologia

#### **Urgência**

O CHMA dispõe de duas unidades de atendimento a cuidados urgentes: uma unidade de urgência médico-cirúrgica – localizada nas instalações da unidade de Famalicão – e uma unidade de urgência básica – localizada nas instalações da unidade de Santo Tirso.

#### **Hospital de dia**

O CHMA disponibiliza assistência clínica em Hospital de dia, em ambas as unidades hospitalares, no âmbito da quimioterapia, psiquiatria, imunohemoterapia e pediatria.

#### **Saúde materno-infantil**

Os Serviços de Ginecologia/Obstetrícia e Pediatria contam com um bloco de partos e uma unidade de Neonatologia.

## ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

Para cada linha de atividade, os quadros que se seguem evidenciam, por especialidade, aquelas que transitam do ano anterior ou que se prevê iniciem em 2016 ou nos dois anos subsequentes:

	Consulta Externa								
	201 5	201 6	201 7	201 8		201 5	201 6	201 7	201 8
Anestesiologia	X	X	X	X	Cirurgia Oncológica	X	X	X	X
Cardiologia	X	X	X	X	Coagulação	X	X	X	X
Cirurgia Geral	X	X	X	X	Desenvolvimento	X	X	X	X
Ginecologia	X	X	X	X	Diabetologia	X	X	X	X
Imunohemoterapia	X	X	X	X	Diagnóstico Pré-Natal	X	X	X	X
Medicina do Trabalho	X	X	X	X	Doenças Cerebrovasculares	X	X	X	X
Medicina Física e Reabilitação	X	X	X	X	Doenças da Retina	X	X	X	X
Medicina Interna	X	X	X	X	Doenças Oncológicas	X	X	X	X
Neurologia	X	X	X	X	Endocrinologia Pediátrica	X	X	X	X
Obstetrícia	X	X	X	X	Gravidez de Risco	X	X	X	X
Oftalmologia	X	X	X	X	Hepatologia	X	X	X	X
Oncologia Médica	X	X	X	X	Hipertensão Arterial	X	X	X	X
Ortopedia	X	X	X	X	Imunoalergologia Pediátrica	X	X	X	X
Otorrinolaringologia	X	X	X	X	Interrupção Voluntária Da Gravidez	X	X	X	X
Pediatría	X	X	X	X	Medicina da Dor	X	X	X	X
Pneumologia	X	X	X	X	Medicina do Adolescente	X	X	X	X
Psiquiatria	X	X	X	X	Neonatologia	X	X	X	X
Psiquiatria Da Infância E Adolescência	X	X	X	X	Planeamento Familiar	X	X	X	X
Urologia			X	X	Reumatologia Pediátrica	X	X	X	X
Apoio à Fertilidade	X	X	X	X	Tabagismo	X	X	X	X

Quadro 2: Serviços com atividade de consulta externa

	Urgência			
	2015	2016	2017	2018
<b>Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica</b>				
Serviço de Urgência Pediátrica	X	X	X	X
Medicina Interna 24H/24H	X	X	X	X
Cirurgia Geral 24H/24H	X	X	X	X
Ortopedia 24H/24H	X	X	X	X
Imunohemoterapia 24H/24H	X	X	X	X
Anestesiologia 24H/24H	X	X	X	X
Bloco Operatório 24H/24H	X	X	X	X
Imagiologia 24H/24H (Radiologia Convencional, Ecografia Simples, TAC)	X	X	X	X
Patologia Clínica (Assegurando os Exames Básicos 24H/24H)	X	X	X	X

Apoio da Especialidade de Cardiologia	X			
Apoio da Especialidade de Neurologia	X			
Apoio da Especialidade de Oftalmologia	X	X	X	X
Apoio da Especialidade de Otorrinolaringologia	X	X	X	X
Unidade de Cuidados Intermédios	X	X	X	X
Via Verde Acidente Vascular Cerebral (AVC)	X	X	X	X
Meios Extra Hospitalares - Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER)	X	X	X	X
<b>Serviço de Urgência Básica</b>				
Meios Extra Hospitalares - Ambulância de Suporte Imediato de Vida (SIV)	X	X	X	X

Quadro 3: Serviços com atividade na urgência

	Internamento			
	2015	2016	2017	2018
Cirurgia Geral	X	X	X	X
Ginecologia	X	X	X	X
Medicina Interna	X	X	X	X
Neonatologia	X	X	X	X
Obstetrícia	X	X	X	X
Ortopedia	X	X	X	X
Pediatria	X	X	X	X
U. Cuidados Intermédios		X	X	X
Bercário	X	X	X	X

Quadro 4: Serviços com atividade em internamento

	2015	2016	2017	2018
Imunohemoterapia	X	X	X	X
Psiquiatria	X	X	X	X
Pediatria	X	X	X	X
Oncologia	X	X	X	X

Quadro 5: Serviços com atividade de Hospital de Dia

Está ainda previsto dar continuidade à atividade de Serviço Domiciliário no âmbito da Saúde Mental e aos Programas de Saúde no âmbito do Diagnóstico Pré-Natal (DPN I), VIH/SIDA (doentes transitados em TARC), IVG medicamentosa em ambulatório e Diagnóstico da Infertilidade.

Os objetivos que nos propomos alcançar, exigem, antes de mais, que se pondere o ambiente interno e externo do CHMA, EPE. Socorremo-nos para o efeito de uma análise SWOT que permite,

ainda que de forma sintética, evidenciar os pontos fortes e fracos internos da organização e as oportunidades e ameaças indiciadas pelo ambiente externo.

**PONTOS FORTES:**

- Equipa de gestão de topo com capacidade de decisão e conhecimento da Organização;
- Regulamento interno participado e consensual;
- Competência técnica da gestão intermédia;
- Uniformização, agilização de processos e eficiência técnica;
- Harmonização e otimização de serviços e sinergias resultantes;
- Procedimentos e garantia de qualidade na prestação de cuidados;
- Resultados da avaliação da satisfação dos utentes;
- Relatório favorável, resultante de inspeção da DGTF à LCPA, que reforça a credibilidade do CHMA em termos de controlo económico-financeiro.

**PONTOS FRACOS:**

- Forte diminuição do número de recursos humanos, principalmente ao nível de uma maior diferenciação técnica. Comparando os efetivos existentes a 31/12/2012 com os existentes a 31/12/2015 os resultados atingem uma variação negativa de cerca de uma centena de profissionais quando compararmos os dois períodos:

	Profissionais existentes a 31/12/2012	Profissionais existentes a 31/12/2015	Variação 2012/2015
Médicos	147	149	+2
Enfermeiros	397	352	-45
Técnicos Superiores	18	15	-3
Técnicos Diagnóstico Terapêutica	82	77	-5
Assistentes Técnicos	125	109	-16
Assistentes Operacionais	289	257	-32

Quadro 6: Variação de RH efetivos

- O défice de profissionais médicos faz-se sentir especialmente nas valências de: Anestesiologia, Cardiologia, Imagiologia, Pneumologia, Neurologia, Ortopedia e Gastroenterologia onde se sentem maiores dificuldades em captar e fixar profissionais;
- 34,13% dos médicos do CHMA tem mais de 50 anos, com as implicações legais daí decorrentes, designadamente quanto à dispensa de realização de trabalho noturno e serviço de urgência, redução de horários em profissionais com dedicação exclusiva, o que evidentemente tem gerado constrangimentos na constituição das equipas;
- De referir também, como ponto fraco, a degradação das instalações e dos equipamentos por ausência de investimento e de realização de contratos de manutenção em devido tempo. A

criação do Centro Hospitalar requeria obras de adaptação que reposicionassem os serviços em termos de resposta, que garantissem acréscimos de produção e produtividade dos meios, com melhoria de acessibilidades e acolhimento dos utentes. Era expetável uma estratégia interna de renovação de equipamentos e recursos técnicos que garantissem estabilidade e suficiência de meios, na realização de exames ou apoio aos cuidados de saúde prestados. A maioria dos equipamentos já se encontram obsoletos e descontinuados, com dificuldade acrescidas quando é necessário substituir peças. O desgaste e o elevado número de horas de prestação de muito do equipamento, tem acentuado períodos de inoperância e provocado um elevado número de dias de inatividade, com impacto negativo na produção e produtividade dos serviços, na insatisfação dos profissionais, na reclamação dos utentes, e passível de ser explorada socialmente, como negligência institucional.

- Em tempo foi elaborado um estudo de avaliação que permitisse definir as prioridades quanto à planificação de investimentos na área das instalações e equipamentos que concluiu pela necessidade de investir – entre instalações e equipamentos – 4.369.000,00€ (na unidade de Santo Tirso: 1.257.000,00€ em equipamentos e 1.380.000,00€ em instalações; na unidade de Vila Nova de Famalicão: 1.037.000,00€ em equipamentos e 695.000,00€ em instalações).
- Na Unidade de Santo Tirso foi possível durante o ano de 2015 recuperar, essencialmente com recurso a meios internos, um espaço que se encontrava extremamente degradado para instalar o Serviço de Saúde Mental. Este Serviço funcionava numa outra instalação sem as mínimas condições de segurança e conforto quer para utentes quer para profissionais;

#### OPORTUNIDADES:

- Forte incidência de patologias de gastro;
- Centralidade da localização do CHMA;
- Forte expansão económica;
- Conjuntura política e económica, menos restritiva e geradora de consensos;
- Ação governativa com preocupações sociais que favoreça o bem-estar, a paz e coesão sociais.

#### AMEAÇAS:

- Concorrência de prestadores privados, com oferta de equipamentos mais modernos e menores tempos de resposta;
- Perda de profissionais mais diferenciados para outras unidades de saúde públicas e/ou privadas;
- A insatisfação das necessidades da população de referência pode gerar a procura de alternativas e dispersão em termos da satisfação dos cuidados;

- A alteração no agrupador da codificação em GDH veio trazer consequências desfavoráveis na classificação dos episódios de internamento e ambulatório em médicos ou cirúrgicos e consequentes alterações na remuneração da atividade;
- Decréscimo acentuado no financiamento ao longo dos últimos anos:

	Fundos transferidos do OE
2007	36 230 351,00 €
2008	47 408 083,00 €
2009	48 727 165,90 €
2010	50 470 406,02 €
2011	47 007 744,37 €
2012	46 982 722,98 €
2013	42 621 884,43 €
2014	39 794 676,88 €
2015	40 566 691,55 €

Quadro 7: evolução dos fundos transferidos do OE para o CHMA

## Plano de atividades

### *Internamento*

- Direcionar a disponibilidade de camas de internamento da unidade de Santo Tirso para a Medicina Interna. Prevê-se internamento, com redução do número de camas, para outras especialidades em fases menos agudas, privilegiando-se o facto de que os doentes, que já se encontram numa fase estabilizada, possam estar num ambiente de cuidados mais próximo do seu meio familiar;
- Manter a oferta de internamento da unidade de Famalicão.

### *Bloco operatório*

- Centralizar a cirurgia de ambulatório na unidade de Santo Tirso.
- O horário de funcionamento a considerar será das 8:00/20:00 horas, todos os dias úteis, utilizando-se as salas já disponíveis.
- Será readaptada a ligação entre os Blocos Central e de Cirurgia de Ambulatório para melhorar o circuito dos doentes e para tornar a atividade cirúrgica mais eficiente.
- Centralizar a cirurgia de convencional na unidade de Vila Nova de Famalicão.
- O horário de funcionamento a considerar será das 8:00/20:00 horas, todos os dias úteis, para a cirurgia programada e 24 horas/dia, todos os dias, para a cirurgia urgente.

**Consulta externa**

- Funcionar em ambas as unidades hospitalares, no horário das 8:00/19:00 horas, todos os dias úteis, de modo a ir encontro das solicitações e necessidades dos utentes e maximizar a taxa de utilização dos espaços. Na medida do necessário serão usados horários desfasados.

**Urgência**

- Assegurar o funcionamento do Serviço de Urgência Básica por médicos de Medicina Geral e Familiar com apoio da equipa de emergência interna e da especialidade de Medicina Interna.
- Com a mudança organizativa que já se encontra em curso e com a melhoria dos meios ao dispor, prevê-se uma clara melhoria dos cuidados prestados aos doentes. Está prevista uma reformulação do SUMC. A reestruturação proposta irá permitir:
  - Redefinir circuitos de orientação dos doentes de modo a garantir um alinhamento entre triagem e observação direta por especialidades;
  - Aproximar de um limiar de 0% os abandonos;
  - Cumprir os tempos de espera estimados pela Triagem de Manchester;
  - Melhorar a qualidade dos cuidados prestados e a segurança do doente;
  - Garantir efetivamente os cuidados de urgência centrados no utente;
  - Otimizar o cumprimento das vias verdes (Coronária; AVC; Sepsis; Trauma);
  - Assegurar a emergência interna e a reanimação;
  - Melhorar o apoio à sala de emergência, definindo critérios de ativação e circuitos à posteriori;
  - Assegurar todos os transportes hospitalares que careçam de equipa com SAV;
  - Criar protocolos clínicos uniformizando os cuidados prestados ao doente de acordo com as boas práticas;
  - Melhorar os indicadores clínicos de excelência (SINAS);
  - Melhorar os indicadores de controlo de infecção;
  - Aumentar, com objetivo de 100%, a operacionalidade da VMER;
  - Aumentar a satisfação e motivação dos profissionais;
  - Estreitar relações com outros hospitais ao abrigo da rede de referenciação
    - i. Unidades de Cuidados Intensivos (Hospital Braga e Centro Hospitalar de São João);
    - ii. Centro de hemodinâmica/cardilogia (Hospital Braga e CHSJ);
    - iii. Neurocirurgia (Hospital Braga e CHSJ);
    - iv. Nefrologia (Hospital Braga e CHSJ);

v. Cirurgia torácica (Centro Hospitalar de S. João).

- Otimizar circuitos de telemedicina;
- Manter a Unidade de Cuidados Intermédios na Unidade de Vila Nova de Famalicão.

#### *Hospital de dia*

- Assegurar a continuidade de tratamentos de Oncologia, Psiquiatria e Imunohemoterapia e Pediatria em ambas as unidades hospitalares.

Relativamente à especialidade de Gastroenterologia, na rede de referenciação o CHMA aparece como unidade tipo B, recebendo os doentes referenciados dos concelhos de Vila Nova de Famalicão, Trofa e Santo Tirso, ficando o CHMA, na ausência de recursos, com possibilidade de referenciar para o Hospital de Braga. Contudo, nunca o mesmo foi dotado de recursos humanos nem resarcido da atividade realizada nessa matéria. Constatase que o CHMA está localizado numa zona com forte incidência de patologias de gastroenterologia, e tendo em conta que nesta especialidade o hospital de referência é o Hospital de Braga celebrou-se em janeiro de 2015, um protocolo com o referido Hospital que disponibiliza uma média de 100 horas médicas mensais para a realização dos exames nas instalações do CHMA, evitando que os doentes tenham de se deslocar a outro hospital. Acresce a vantagem de estes exames, contarem na sua realização, com apoio dos anestesistas do CHMA.

A região encontra-se em expansão económica e crescimento. Tem sido a região escolhida para investimento em novas empresas, com um tecido empresarial muito dinâmico, designadamente em áreas de I&D, com o qual o CHMA pretende promover protocolos no âmbito da investigação.

Pretende-se uma boa articulação com as estruturas de saúde locais, nomeadamente os ACES, com benefícios ao nível da articulação e referenciação dos doentes conseguido através da definição de protocolos de referenciação.

Na sequência da assinatura de Protocolos com a Faculdade de Medicina do Porto, Universidade do Minho e Escolas Superiores na área da saúde, o CHMA apresenta-se como uma instituição de referência para o apoio ao ensino na área da saúde, das novas tecnologias de Informação e noutras áreas de formação profissional.

Atenta-se na boa relação com todos os *stakeholders* do CHMA, principalmente com as autarquias, onde se desenha a possibilidade de aprofundamento e desenvolvimento de protocolos de colaboração e apoio a investimentos na reestruturação e modernização de instalações e serviços.

### Plano de investimentos

Como instituição do Serviço Nacional de Saúde, o financiamento do CHMA advém essencialmente do estabelecido anualmente em Contrato Programa com a Tutela.

Atendendo ao momento do calendário em que se implementa a contratualização, decorrente da aprovação do Orçamento de Estado, em 2016 vigora o Contrato-Programa definido para o triénio 2013/2015. Por outro lado, *“a aprovação dos planos de investimento das instituições, no âmbito do processo de planeamento estratégico trianual, está condicionada pela capacidade de financiamento própria, através da geração de cash flow, seja em projetos cofinanciados por fundos comunitários ou não, exceto em casos em que exista risco de segurança para doentes ou profissionais.”*<sup>4</sup>

Dentro do que a capacidade de investimento permitir priorizam-se os investimentos elencados nas próximas páginas:

Designação do Projeto	Fonte de Financiamento	Valor Total do Investimento	Início do Investimento	Conclusão do Investimento
Aquisição de equipamento médico-cirúrgico	Receitas Próprias	67.767	2016	2016
Reabilitação da antiga Consulta Externa da UST	Receitas Próprias	50.000	2016	2016
Reabilitação do antigo Internamento de Ortopedia UVNF	Receitas Próprias	40.000	2016	2016
Ligação do Bloco Operatório à UCA	Receitas Próprias	10.000	2016	2016

#### Equipamentos

- Aquisição de equipamento médico-cirúrgico.

#### Instalações

- Reabilitar as instalações da antiga Consulta Externa da Unidade de Santo Tirso, para garantir o apoio a todas as especialidades que fazem parte da carteira de serviços de CHMA, para os

<sup>4</sup>in Termos de Referência para contratualização hospitalar no SNS – Contrato-Programa 2016, ACSS, março de 2016

doentes dos concelhos de Santo Tirso e Trofa, e futura instalação dos Serviços de Medicina Física e de Reabilitação, Imunohemoterapia, Pediatria e Consulta de Saúde Mental.

- Reverter o internamento existente para situações menos graves privilegiando a proximidade do doente à sua área de residência.
- Requalificar os espaços físicos em termos de conforto e climatização, de forma a tornar os serviços mais humanizados, privilegiando o Serviço de Medicina Mulheres, que nunca teve obras de adaptação, compatíveis com as exigências técnicas para unidades desta natureza.
- Intervenção em área que se encontra encerrada, nomeadamente o antigo serviço de ortopedia.
- Tornar os serviços mais funcionais providenciando a mudança de alguns de modo a melhorar a sua articulação interna.

### Objetivos no âmbito das atividades a desenvolver

- Assegurar uma efetiva articulação entre a urgência básica e a urgência médico-cirúrgica evitando a repetição de MCDT;
- Apostar no SClinico e no Sistema de Triagem de Manchester 2, o que permite uma integração transversal do processo clínico do doente, uma maior facilidade nos registo e na extração de indicadores;
- Criar a Equipa Intra-hospitalar de Suporte em Cuidados Paliativos;
- Privilegiar os cuidados prestados em ambulatório;
- Reduzir as demoras médias no internamento;
- Dinamizar a equipa de gestão de altas;
- Alargar os períodos de atendimento em certas áreas, para maior acessibilidade de utentes fora das horas de atendimento;
- Fazer uma gestão criteriosa das listas de espera de consulta e cirúrgica;
- Utilizar o registo da cirurgia segura em 100% das cirurgias;
- Implementar auditorias à codificação clínica (GDH);
- Melhorar os registo no processo do doente com reflexos numa boa efetivação dos atos para codificação;
- Promover a idoneidade de Serviços para manter a capacidade formativa do Internato Médico;
- Manter a Certificação do Serviço de Esterilização com capacidade de esterilização a frio dos dispositivos médicos de uso único;
- Apoiar os serviços nos seus processos de certificação da qualidade;
- Prosseguir no processo de acreditação do CHMA, através do programa de acreditação CHKS;

- Manter e reforçar o Gabinete de Gestão da Qualidade, que seja o garante da implementação de um sistema de gestão da qualidade e de uma política de segurança definidas pelo Conselho de Administração;
- Realizar a avaliação da satisfação dos utentes e dos profissionais;
- Dar continuidade à Gestão do Risco com auxílio de aplicativo informático (RISI);
- Incentivar a cooperação entre instituições e aumentar a taxa de utilização dos equipamentos existentes;
- Rentabilizar os equipamentos e os recursos físicos e humanos existentes na instituição, ou em outras instituições do SNS;
- Atualizar o parque informático, de que resulte uma resposta mais célere às solicitações internas e externas e acréscimo de produtividade dos meios disponíveis.

#### **Financiamento**

A cobertura do plano de atividades e do plano de investimentos apresentado será realizada essencialmente através do recurso a receitas próprias. Existe residualmente, com um peso de cerca de 0.3% no total do orçamento, um contributo da fonte de financiamento 540 “Transferência de receitas próprias entre organismos” decorrente do protocolo existente entre o CHMA e o INEM. De resto, não existe nem está previsto existir para 2016 o recurso a endividamento.

#### **Produção planeada para 2016**

De seguida apresenta-se a produção que o CHMA se propõe realizar em 2016, bem como a que contratualizou com a ARS Norte em sede de assinatura do Acordo Modificativo ao Contrato Programa para 2016 (documento que norteia a atividade core do CHMA).

	<b>Produção Total</b>	<b>Da qual para o SNS</b>
<b>Consultas Externas</b>		
<b>Nº Total Consultas Médicas</b>	<b>174.433</b>	<b>174.000</b>
<b>Primeiras Consultas</b>	<b>54.850</b>	<b>54.717</b>
Primeiras Consultas com origem nos CSP referenciadas via CTH	26.024	26.000
Primeiras Consultas (sem majoração de preço)	28.826	28.717
<b>Consultas Subsequentes</b>	<b>119.583</b>	<b>119.283</b>
Consultas Subsequentes (sem majoração de preço)	119.583	119.283
<b>Internamento</b>		
<b>Doentes Saídos - Agudos</b>		
GDH Médicos	8.959	8.787
<b>GDH Cirúrgicos</b>	<b>4.436</b>	<b>4.348</b>
GDH Cirúrgicos Programados	2.819	2.816

	Produção Total	Da qual para o SNS
GDH Cirúrgicos - Urgentes	1.617	1.532
<b>Urgência</b>		
<b>Total de Atendimentos</b>	<b>121.400</b>	<b>115.380</b>
Total Atendimentos SU Médico-Cirúrgica	101.820	96.380
Total de Atendimentos SU Básica	19.580	19.000
<b>N.º de Atendimentos (sem Internamento)</b>	<b>113.525</b>	<b>107.786</b>
Total Atendimentos SU Médico-Cirúrgica	96.525	91.786
Total de Atendimentos SU Básica	17.000	16.000
<b>Hospital de Dia</b>		
Imuno-hemoterapia	600	600
Psiquiatria (Adultos e Infância e Adolescência)	1.980	1.980
Base (Pediatria+Pneumologia+Oncologia s/ Quimio+Outros)	4.120	4.100
<b>Serviços Domiciliários</b>		
Total de Domicílios	930	930
<b>GDH Ambulatório</b>		
GDH Médicos	3.910	3.885
GDH Cirúrgicos	3.140	3.130
<b>Programas de Saúde</b>		
<b>Diagnóstico Pré-Natal</b>		
Diagnóstico Pré-Natal - N.º Protocolos I	1.410	1.410
Diagnóstico Pré-Natal - N.º Protocolos II	500	500
<b>VIH/Sida - Total de Doentes</b>	<b>32</b>	<b>32</b>
VIH/Sida - Doentes Transitados TARC (1ºe 2º ETR)	32	32
<b>IG até 10 Semanas</b>		
IG até 10 semanas - N.º IG Medicamentosa em Amb.	210	210
<b>Diagnóstico e Tratamento da Infertilidade</b>		
N.º Consultas de Apoio à Fertilidade	127	127
N.º Induções da Ovulação	13	13
<b>Medicamentos</b>		
Disp. Gratuita em Ambul. c/ suporte legal e da responsabilidade financeira do Hospital (patologias abrangidas pelo contrato-programa) (€)	13.913,00	13.913,00

Quadro 8: proposta de produção para 2016

Ainda em sede de assinatura do Acordo Modificativo ao Contrato Programa para 2016, o CHMA comprometeu-se com o cumprimento de objetivos de qualidade e de eficiência económico-financeira cujas metas definidas, indicadores associados e peso relativo dos mesmos no cálculo do índice de desempenho global constam no próximo quadro:

Objetivos Nacionais	Meta	Peso relativo
<b>Acesso</b>		
A.1 Percentagem de primeiras consultas médicas no total de consultas médicas	31,0	2%
A.2 Peso das consultas externas com registo de alta no total de consultas externas	15,0	2%
A.3.1 Percentagem de Utentes referenciados dos cuidados de saúde primários para consulta externa atendidos em tempo adequado	83,0	3%
A.3.2 Percentagem de doentes cirúrgicos (neoplasias malignas) inscritos em LIC com tempo de espera ≤ TMRG	97,0	2%
A.3.3 Mediana de tempo de espera da LIC, em meses	2,3	2%
A.3.4 Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem	70,0	2%
A.3.5 Permilagem de doentes sinalizados para a RNCCI, em tempo adequado, no total de doentes tratados	120,00	2%
<b>Desempenho Assistencial</b>		
B.1 Percentagem reinternamentos em 30 dias, na mesma Grande Categoria de Diagnóstico	4,59	2%
B.2 Percentagem de doentes saídos com duração de internamento acima do limiar máximo	1,45	2%
B.3 Percentagem de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas	33,0	2%
B.4 Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório no total de cirurgias programadas (GDH) – para procedimentos ambulatorizáveis	74,3	2%
B.5 Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório, para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis	3,9	2%
B.6 Índice de Demora Média Ajustada	0,9900	3%
B.7 Índice de Mortalidade Ajustada	0,9900	3%
B.8 Índice de risco e segurança do doente	8,0	6%
B.9 Percentagem de embalagens de medicamentos genéricos prescritos, no total de embalagens de medicamentos prescritos	59,00	3%
<b>Desempenho Económico/Financeiro</b>		
C.1 Percentagem de Custos com Horas Extraordinárias, suplementos e FSE (selecionados), no Total de Custos com Pessoal	17,0	5%
C.2 Resultado antes de juros, impostos, amortizações e depreciações (EBITDA) (€)	-3.542.358,00	5%
C.3 Acréscimo de Dívida Vencida (fornecedores externos) (€)	0,00	5%
C.4 Percentagem de proveitos operacionais extra contrato-programa, no total de proveitos operacionais	12,0	5%
Objetivos Regionais	Meta	Peso relativo
Rácio Consultas Médicas / Urgências	1,6	6,5%
Taxa de Referenciação para a RNCCI (%)	7,3	7,0%
Tempo de espera para triagem médica da consulta externa	5,0	6,5%

Objetivos Nacionais	Meta	Peso relativo
Garantir o início do tratamento da Retinopatia Diabética em 30 dias (%)	1,0	6,5%
Implementação de Equipas inter-hospitalares de cuidados paliativos	100,0	6,5%
Prevenção e Controlo da Infecção e de Resistência aos Antimicrobianos	100,0	7,0%

Quadro 9: objetivos de qualidade e de eficiência económico-financeira e respetivas metas para o CHMA

Toda a atividade do CHMA deverá ser registada nos sistemas de informação disponíveis e adequados a cada uma, com especial enfoque no SClínico e no SONHO de forma a permitir a sua monitorização sistemática e controlo. O grau de cumprimento das metas a atingir avalia-se mensalmente, ou sempre que assim se justifique, com base na informação que é reportada e disponibilizada no SICA e no SIRIEF, ou noutras fontes de informação que se revelem credíveis e pertinentes, como por exemplo, os relatórios de monitorização da ACSS ou da ARSN.

**Plano de recursos humanos**

Para 2016 prevê-se o seguinte mapa de pessoal efetivo em funções:

Designação da Cargo/Carreira/Grupo (Tabela SIOE)	Nº de postos de trabalho/efetivos
Dirigente Superior de 1º grau	1
Dirigente Superior de 2º grau	4
Dirigente Intermédio de 1º grau	1
Dirigente Intermédio de 2º grau	9
Técnico Superior	16
Assistente Técnico	112
Assintente Operacional	267
Informático	2
Educadores Infância	2
Médico	210
Enfermeiro	356
Téc. Diag. Terapêutica	77
Técnico Superior Saúde	13

Quadro 10: plano de RH para 2016

O mapa supra é consequência do movimento descrito abaixo:

Movimentos	Ocorridos entre 01/01/2014 e 31/12/2014 <i>1 de janeiro:</i>	Ocorridos entre 01/01/2015 e 31/12/2015 <i>1 de janeiro:</i>	Previstos entre 01/01/2016 e 31/12/2016 <i>1 de janeiro:</i>
<b>(1) Início do período:</b>	<b>1122</b>	<b>1073</b>	<b>1051</b>
<b>(2) Entradas</b>			
Alterações de leis orgânicas			
Mobilidade	4	5	
Regresso			
Admissões externas a serviços Adm. Central		1	
Outros motivos	49	53	19
<b>(3) Saídas</b>			
Alterações de leis orgânicas			
Aposentações	48	12	
Rescisões	49	58	
Mobilidade	3	7	
Requalificação			
Outros motivos	2	4	
<b>(4)=(1)+(2)-(3) Fim do período:</b>	<b>1073</b>	<b>1051</b>	<b>1070</b>

*Por memória:*

Variação (4)-(1)	-49	-22	19
------------------	-----	-----	----

Movimentos	Ocorridos entre 01/01/2014 e 31/12/2014	Ocorridos entre 01/01/2015 e 31/12/2015	Previstos entre 01/01/2016 e 31/12/2016
Variação em % (4)/(1)	- 4,367201426	-2,050326188	1,807802093
<i>Justificação para a evolução número efetivos:</i>			O CHMA tem vindo a perder pessoal. Comparativamente a 31/12/2014 verificou-se uma diminuição dos efetivos nos seguintes termos : 1 Dirigente Superior de 2º grau, 4 enfermeiros, 2 informáticos, 4 Ass Técnicos 11 Assistentes Operacionais no total de 22 pessoas.

Quadro 11: movimento de RH previsto para 2016

O alargamento do quadro de pessoal face a 2015, bem como o aumento de encargos, fica dependente da autorização de recrutamento conforme previsto no n.º 1 do Artigo 30.º da LOE 2016 (Lei 7-A/2016 de 30 de março) e no Artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 18/2016 de 13 de abril.

## ORÇAMENTO PARA 2016

### Proposta de orçamento para 2016

RCE	Designação	Estimativa 2015	Redução de Receita ou Pressão na Despesa - 2016	Iniciativas 2016	Aumento de Receita ou Poupança na Despesa - 2016	Proposta orçamento 2016	Variação face a estimativa	Orçamento Previsional 2017	Orçamento Previsional 2018	(Unid: Euros)
										(9)
R.01	Impostos diretos					0	0	0	0	0
R.02	Impostos indiretos					0	0	0	0	0
R.03	Contribuições de Segurança Social					0	0	0	0	0
R.04	Taxas, multas e outras penalidades	1.417.500	-318.938			1.098.562	-318.938	-23%	1.098.562	1.098.562
R.05	Rendimentos de propriedade									
R.07	Venda de bens e serviços	39.457.952	-73.085			418.738	39.803.605	345.653	1%	42.292.256
R.06 + R.10	Transferências						0	0	0	81.600
R.08 + R.09 + R.13 + R.14 + R.15	Outras receitas	1.788.005				100.000	1.888.005	100.000	6%	0
R.11 + R.12	Ativos/Passivos Financeiros (a)									
R.16	Saldo da gerência anterior									
R.99	Transferencia Receitas Gerais									
<b>Total Receita (b)</b>		<b>42.663.457</b>	<b>-392.023</b>			<b>518.738</b>	<b>42.790.172</b>	<b>126.715</b>	<b>0%</b>	<b>43.472.418</b>
Por FF										0
Receitas Gerais										0
Receitas Próprias		42.663.457	-392.023							0
Fundos Europeus										0
										0

PLANO DE ATIVIDADES &  
ORÇAMENTO | 2016

	<i>Transf. no âmbito das AP</i>										
	<b>Total Receita por FF</b>	<b>42.663,457</b>	<b>-392.023</b>		<b>0</b>	<b>129.600</b>	<b>129.600</b>		<b>81.600</b>		
D.01	<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>29.852.822</b>	<b>0</b>		<b>298.887</b>	<b>30.151.709</b>	<b>298.887</b>		<b>31.362.935</b>		
D.01.01	<i>Remunerações certas e permanentes</i>	<i>19.817.838</i>			<i>226.573</i>	<i>20.044.411</i>	<i>226.573</i>		<i>20.389.825</i>		
D.01.02	<i>Abonos Variáveis ou eventuais</i>	<i>5.328.248</i>			<i>18.502</i>	<i>5.346.750</i>	<i>18.502</i>		<i>5.322.008</i>		
D.01.03	<i>Segurança Social</i>	<i>4.706.736</i>			<i>53.812</i>	<i>4.760.548</i>	<i>53.812</i>		<i>5.651.102</i>		
D.02	<i>Aquisição de bens e serviços</i>	<i>15.504.767</i>			<i>-3.049.621</i>	<i>12.455.146</i>			<i>-20%</i>		
D.03	<i>Juros e outros encargos</i>	<i>5.550</i>					<i>3.049.621</i>		<i>0%</i>		
D.04 + D.08	<i>Transferências</i>					<i>5.550</i>	<i>0</i>		<i>5.550</i>		
D.05	<i>Subsídios</i>					<i>0</i>	<i>0</i>		<i>0</i>		
D.07	<i>Investimento</i>					<i>0</i>	<i>0</i>		<i>0</i>		
D.06 + D.11	<i>Outras despesas</i>					<i>167.767</i>	<i>0</i>		<i>167.767</i>		
D.09 + D.10	<i>Ativos/Passivos Financeiros (c)</i>					<i>10.000</i>	<i>0</i>		<i>10.000</i>		
	<b>Total Despesa (d)</b>	<b>45.540.906</b>			<b>0</b>	<b>-2.750.734</b>	<b>42.790.172</b>		<b>-6%</b>	<b>43.472.418</b>	<b>43.472.418</b>
	<i>Por FF</i>						<b>2.750.734</b>				
	<i>Receitas Gerais</i>										
	<i>Receitas Próprias</i>										
	<i>Fundos Europeus</i>										
	<i>Transf. no âmbito das AP</i>										
	<b>Total Despesa por FF</b>	<b>45.540.906</b>			<b>0</b>	<b>-2.750.734</b>	<b>42.790.172</b>		<b>-6%</b>	<b>43.472.418</b>	<b>43.472.418</b>
	<i>Controlo Receita</i>										
	<i>Controlo Despesa</i>										
	<b>Operações extraorçamentais</b>										
R.17	<i>Receitas extraorçamentais</i>										
D.12	<i>Despesas extraorçamentais</i>										

PLANO DE ATIVIDADES &  
ORÇAMENTO | 2016

<b>Por memória</b>										
(e) = (b) - (a)	Receita efetiva	42.663.457	-392.023	0	518.738	42.790.172	126.715	0%	43.472.418	43.472.418
(f) = (d) - (c)	Despesa efetiva	45.540.906	0	0	-2.750.734	42.790.172	-	-6%	43.472.418	43.472.418
<b>(g) = (e) - (f)</b>	<b>Saldo Global</b>	<b>-2.877.449</b>	<b>-392.023</b>	<b>0</b>	<b>3.269.472</b>	<b>0</b>	<b>2.877.449</b>	<b>-100%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Quadro 12: proposta de orçamento para 2016

PLANO DE ATIVIDADES &  
ORÇAMENTO | 2016

**Indicadores de recursos humanos**

Indicadores Recursos Humanos	Forma de cálculo	Estimativa 2015		PO 2016	
		valor	%	valor	%
PDP {Peso das Despesas com Pessoal})	Total agrupamento 01./Despesa efetiva total	29.852.822	65,55%	30.151.709	70,68%
Despesa com pessoal media por pessoa	Total agrupamento 01./n.º efetivos do mapa de pessoal	26.395		26.219	
Remuneração Média	RCP / n.º efetivos do mapa de pessoal	22.233		22.079	

**Quadro 13: indicadores de RH**

**Orcamento de despesa com pessoal**

Opções: Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	Tipo de efetivo	Designação da Carga/Careira/Grupo (Tabela SJOE)	Nº de postos de trabalho/efetivos	Remuneração Base Ilíquida (a)	Subsídios de Férias e Natal (b)	Encargos da entidade patronal (c)	Restantes Despesas com Pessoal (d)	Total das Despesas com Pessoal
	Dirigente Superior de 1º grau	1	39.015,42	6.562,74	10.824,81	24.980,40		81.383,37
	Dirigente Superior de 2º grau	3	110.247,43	22.413,47	31.506,96	56.514,97	2.976,47	220.682,83
	Dirigente Intermédio de 1º grau	1	33.524,16	5.609,79	9.294,31	33.857,16	37.840,92	51.404,73
	Dirigente Intermédio de 2º grau	9	287.775,36	65.349,53	68.012,55	115.181,94	183.281,47	474.832,97
	Técnico Superior	15	240.215,34	46.153,30	68.012,55	115.181,94	439.320,78	469.563,13
	Assistente Técnico	109	1.089.158,11	185.678,73	302.773,75	1.760.892,06		
	Assistente Operacional	257	1.748.242,01	311.754,67	489.249,21	2.988.566,67		
	Informático	2	45.970,93	8.684,15	12.980,58	84.539,43		
	Educadores Infância	2	52.075,79	8.765,73	14.449,86	2.119,16	77.410,54	

PLANO DE ATIVIDADES &  
ORÇAMENTO | 2016

	Médico	210	6.471.426,62	1.199.809,90	1.821.918,67	2.285.823,60	11.778.978,79
	Enfermeiro	352	5.312.666,44	918.668,28	1.479.942,00	1.038.870,82	8.750.147,54
Téc. Diag. Terapêutica		77	1.085.968,44	189.445,35	302.910,78	157.261,45	1.735.586,02
Técnico Superior Saúde		13	284.695,20	47.960,80	79.005,80	20.888,01	432.529,81
... Efetivos em funções fora organismo - Mapa Pessoal		...	...	...	...	...	...
Contratos tarefa e avença		79	...	...	...	946.304,72	946.304,72
Pensões Reserva e Aposentação (MAI e MDN)		1	...	...	...	946.304,72	946.304,72
Outras pensões		...	...	...	...	...	...
Outros		...	...	...	...	...	...
<b>TOTAL</b>		<b>1131</b>	<b>16.800.981,25</b>	<b>3.016.856,44</b>	<b>4.706.736,45</b>	<b>5.328.248,48</b>	<b>29.852.822,62</b>
	Dirigente Superior de 2º grau	1	33.924,36	5.654,06	9.399,87	14.556,09	63.534,38
	Técnico Superior	1	14.417,76	2.402,96	3.994,92	986,37	21.802,01
	Assistente Técnico	3	24.592,68	4.098,78	6.814,22	986,37	36.492,05
	Assistente Operacional	10	63.600,00	10.600,00	17.622,50	986,37	92.808,87
	Enfermeiro	4	57.671,04	9.611,84	15.979,68	986,37	84.248,93
... Opções: Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal		...	...	...	...	...	...
Pessoal a recrutar e previsão de saídas		...	...	...	...	0	0
(Para Estimativa de Despesa com pessoal em 2016) (3)		...	...	...	...	...	...
Efetivos em funções fora organismo - Mapa Pessoal		...	...	...	...	...	...
Contratos tarefa e avença		0	...	...	...	...	...
Pensões Reserva e Aposentação (MAI e MDN)		...	...	...	...	...	...
Outras pensões		...	...	...	...	...	...
Outros		...	...	...	...	...	...
<b>TOTAL</b>		<b>19</b>	<b>194.205,84</b>	<b>32.367,64</b>	<b>53.811,20</b>	<b>18.501,57</b>	<b>298.886,25</b>

Quadro 14: orçamento de despesa com pessoal

Para o ano 2016 não estão previstos custos com complementos a pensões (benefícios pós emprego).

## Justificação da Proposta do Orçamento de Receita

### Taxas, multas e outras penalidades

Receita de taxas moderadoras cobradas no âmbito do DL nº 113/2011, de 29 de novembro, alterado pelo DL nº 128/2012, de 21 Junho, com atualização pela Circular Normativa nº 7/2014/CD, da ACSS, de 14 de Janeiro de 2014 e orientações do Ofício 1379/2015/DFI/UOC/ACSS.

### Transferências correntes

Transferência inerente ao contrato programa no âmbito da contratualização com o SNS em 2015 e a contratualizar em 2016 (1379/2015/DFI/UOC/ACSS).

### Outras receitas correntes

De serviços prestados a entidades não pertencentes ao SNS (Portaria nº 235/2015, de 1 de agosto, publicada em 7 de agosto) e outros proveitos operacionais, designadamente de reembolsos de vencimentos e de prescrição de medicamentos.

## Justificação da Proposta do Orçamento de Despesa

### Despesas com o pessoal

Compreende as remunerações: dos órgãos sociais, do pessoal dos quadros regime de função pública, regime de contrato individual de trabalho, contrato a termo e em regime de tarefa ou avença; e outros abonos, designadamente subsídios de férias e de Natal e subsídio de refeição, bem como outros abonos variáveis. Comparativamente a 31/12/2014 verificou-se uma diminuição dos efetivos nos seguintes termos: 1 Dirigente Superior de 2º grau, 4 enfermeiros, 2 informáticos, 4 Assistentes Técnicos 11 Assistentes Operacionais no total de 22 pessoas.

### Aquisição de bens e serviços correntes

Compreende a aquisição de produtos farmacêuticos, materiais de consumo clínico e outros materiais de consumo hoteleiro, administrativo e de conservação e reparação, bem como a aquisição de serviços de MCDT e outros serviços externos. A estimativa para 2016 considera o impacto previsto inerente às medidas a implementar de redução de despesa, nomeadamente a implementação do regulamento dos MCDT ao exterior que introduz uma validação financeira da requisição e do qual se espera uma otimização dos custos. Também será dada continuidade à implementação do regulamento do transporte de Doentes.

### Aquisição de bens de capital

Compreende o início da remodelação do Bloco operatório.

### Justificação do Saldo Global

#### Saldo global

O valor do adiantamento a receber da ACSS por contrapartida do cumprimento do contrato programa mantém-se tal como no ano anterior nos 92%, apresentando o total da receita um valor muito próximo quando comparamos a estimativa de 2015 e o orçamento de 2016. A diminuição da receita de taxas moderadoras, aparece compensada pela receita referente a programas verticais – Hepatite C, bem como do aumento previsível de faturação de medicamentos à Administração Regional de Saúde do Norte.

### Justificação indicadores

No orçamento para 2016 prevê-se que o peso das despesas com o pessoal na despesa efetiva total se mantenha nos 70%, tal como previsto nos anos anteriores.

Analisando a estimativa deste indicador para 2015, por referência a valores reais acumulados a novembro de 2015, verifica-se que o valor observado foi significativamente inferior, devido à saída de vários efetivos ao longo do ano de 2015. Porém, para manter os níveis de produção que é expetável vir a contratualizar e cobrir as escalas e prestar os serviços a que o CHMA está obrigado torna-se imprescindível contratar pelo menos os 19 efetivos devidamente reportados no *Quadro 11: movimento de RH previsto para 2016*.

A maior dificuldade estará no cumprimento da estimativa nas despesas integradas na rubrica “Aquisição de Bens e Serviços”, onde está prevista uma redução de 21%. Poderá contribuir para esta redução a implementação do regulamento dos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica a realizar no exterior que entrará em vigor em 1 de janeiro de 2016 e a consolidação do regulamento do transporte de doentes que foi implementado no decorrer do 2.º trimestre de 2015.

### Gestão do risco financeiro

Não se prevê a possibilidade de contração de endividamento, e como tal não se prevê a despesa com encargos financeiros de financiamento. No entanto, no curto prazo será necessário admitir um reforço do capital estatutário. Ainda assim, e uma vez que esta decisão depende do acionista Estado e não do CHMA, este impacto não está incorporado nas previsões que agora se apresentam.

Anos	Previsão 2018	Previsão 2017	Previsão 2016	2015
Encargos Financeiros (€)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Taxa Média de Financiamento (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

### Plano de redução de custos

PRC	2018 Previsão	2017 Previsão	2016 Previsão	2015 Exec.
(0) EBITDA	0,00	0,00	0,00	-5.262.464,75
(1) CMVMC	6.841.141,71	6.841.141,71	7.112.131,71	8.228.327,56
(2) FSE	5.977.658,09	5.977.658,09	6.282.702,26	9.309.754,07
(3) Gastos com o pessoal	30.638.068,20	30.638.068,20	29.250.188,01	29.784.937,78
(4) Gastos Operacionais =	43.456.868,00	43.456.868,00	47.400.569,41	47.089.871,20
(1)+(2)+(3)				
(5) Volume de negócios	42.770.818,00	42.770.818,00	41.751.433,98	40.652.555,06
(6) Peso dos Gastos/VN =(4)/(5)	101,60%	101,60%	113,53%	115,83%
Comunicações (FSE)	77.827,87	77.827,87	80.988,27	85.251,29
Deslocações/Alojamento (FSE)	2.033,04	2.033,04	2.115,60	6.111,38
Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	38.740,55	38.740,55	31.814,33	33.505,27
Viaturas				
N.º de viaturas	5	5	5	5
Gastos com as viaturas	40.000,00	40.000,00	41.000,00	42.392,48

Valores em Euros

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

### Demonstração de resultados previsional

Código de Contas	Designação	CUSTOS E PERDAS				Em euros
		Previsão 2018	Previsão 2017	Previsão 2016	2015	
61	<b>CUSTOS MERCAD.VENDIDAS M.CONSUMIDAS:</b>					
612	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
616	Matérias de consumo	6.841.141,71	6.841.141,71	7.112.131,71	8.228.327,56	
62	<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	5.977.658,09	5.977.658,09	6.282.702,26	9.309.754,07	
64	<b>CUSTOS COM O PESSOAL:</b>					
641	Remunerações dos órgãos directivos	335.197,06	335.197,06	333.475,44	254.548,85	
642	Remunerações base de pessoal	24.679.009,18	24.679.009,18	24.013.930,64	23.739.504,73	
643	Pensões	5.177,69	5.177,69	223.183,43	45.072,81	
645	Encargos sobre remunerações	5.537.658,13	5.537.658,13	4.426.765,58	5.496.495,04	
646	Seguros de acid. De trabalho e doenças Prof.	77.052,57	77.052,57	57.184,06	82.661,27	
647	Encargos sociais voluntários	0,00	0,00	30.009,24	26.657,24	
648	Outros custos com pessoal	3.973,57	3.973,57	165.293,21	51.542,50	
649	Estágios Profissionais	0,00	0,00	346,41	88.455,34	
63	<b>Transf. Correntes conc. e prest. Soc.</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	
66	<b>Amortizações do exercício</b>	461.664,15	461.664,15	1.208.898,55	1.034.321,42	
67	<b>Provisões do exercício</b>	0,00	0,00	0,00	112.311,60	
65	<b>Outros custos e perdas operacionais</b>	10.000,00	10.000,00	10.000,00	263.927,03	
	(A) .....	43.928.532,15	43.928.532,15	43.863.920,53	48.733.579,46	
68	<b>Outros custos e perdas financeiras</b>	5.550,00	5.550,00	5.550,00	7.271,22	
	(C) .....	43.934.082,15	43.934.082,15	43.869.470,53	48.740.850,68	
69	<b>Custos e perdas extraordinárias</b>	0,00	0,00	0,00	11.458,25	
	(E) .....	43.934.082,15	43.934.082,15	43.869.470,53	48.752.308,93	
86	<b>Imposto s/rendimento do exercício</b>	0,00	0,00	0,00	7.760,79	
	(G) .....	43.934.082,15	43.934.082,15	43.869.470,53	48.760.069,72	
88	<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	-461.664,15	-461.664,15	-1.208.898,55	-6.416.858,56	
		43.472.418,00	43.472.418,00	42.660.571,98	42.343.211,16	

Código de Contas	Designação	PROVEITOS E GANHOS				Em euros
		Previsão 2018	Previsão 2017	Previsão 2016	2015	
71	<b>Vendas e Prestações de Serviços:</b>					
711	Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	
712	Prestações de serviços	42.770.818,00	42.770.818,00	41.751.433,98	40.652.555,06	
72	<b>Impostos, taxas e outros</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	
75	<b>Trabalhos para a própria Entidade</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	
73	<b>Proveitos suplementares</b>	0,00	0,00	70.000,00	61.829,92	
74	<b>Transf. Subsid. Correntes Obtidos:</b>					
741	Transferências - Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	
742	Transferências correntes obtidas	0,00	0,00	289.138,00	0,00	
743	Subsid.correntes obtidos - Outros Ent.Públicos	81.600,00	81.600,00	0,00	46.212,64	
749	De outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	
76	<b>Outros proveitos /ganhos operacionais</b>	620.000,00	620.000,00	550.000,00	823.713,30	
	(B) .....	43.472.418,00	43.472.418,00	42.660.571,98	41.584.310,92	
78	<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>	0,00	0,00	0,00	5.337,12	
	(D) .....	43.472.418,00	43.472.418,00	42.660.571,98	41.589.648,04	
79	<b>Proveitos e ganhos extraordinários</b>	0,00	0,00	0,00	753.563,12	
	(F) .....	43.472.418,00	43.472.418,00	42.660.571,98	42.343.211,16	
	<b>RESUMO:</b>					
	RESULTADOS OPERACIONAIS: (B)-(A)= .....	-456.114,15	-456.114,15	-1.203.348,55	-7.149.268,54	
	RESULTADOS FINANCEIROS: (D-B)-(C-A)= .....	-5.550,00	-5.550,00	-5.550,00	-1.934,10	
	RESULTADOS CORRENTES: (D)-(C) = .....	-461.664,15	-461.664,15	-1.208.898,55	-7.151.202,64	
	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO: (F)-(G) = .....	-461.664,15	-461.664,15	-1.208.898,55	-6.416.858,56	

## Balanço previsional

Código de Contas	Designação	ACTIVO			
		EXERCÍCIO			
		Previsão 2018	Previsão 2017	Previsão 2016	2015
	<b>IMOBILIZADO</b>				
	<b>BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:</b>				
451	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	0,00	0,00	0,00	0,00
455	Bens patrim.históric, art. e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imob. em curso bens domínio pública	0,00	0,00	0,00	0,00
446	Adiantam. p/conta bens dom.pub	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total bens de domínio público ...</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPOREAS:</b>				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas invest.e desenvolvimento	0,00	0,00	1.168,67	0,00
443	Imobilizações em curso Imob. Incorp	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantam. p/conta imob. Incorp.	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total imobilizações incorporeas</b>	0,00	0,00	1.168,67	0,00
	<b>IMOBILIZAÇÕES CORPOREAS:</b>				
421	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
422	Edifícios e outras construções	8.350.023,37	8.475.565,77	7.393.014,80	8.764.183,87
423	Equipamento básico	128.746,58	338.767,52	548.788,46	550.461,26
424	Equipamento de transporte	1.934,00	2.998,04	4.062,08	5.126,12
425	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	29,53	59,11
426	Equip.administrativo e informático	123.235,38	82.073,90	40.912,42	71.837,90
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	190,42
442	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
448	Adiantamento p/conta imob. Corp.	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total imobilizações corpóreas</b>	8.603.939,33	8.899.405,23	7.986.807,29	9.391.858,68
	<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</b>				
411	Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
412	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
414	Investimentos em imoveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobiliz. em curso invest.financieros	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantam.p/conta invest.financieros	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total investimentos financeiros</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>CIRCULANTE</b>				
	<b>EXISTENCIAS :</b>				
36	Matérias-primas, subs.e de consumo	980.000,00	980.000,00	563.881,29	980.674,63
34	Subprodutos, desp., resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total das existências .....</b>	980.000,00	980.000,00	563.881,29	980.674,63

Código de Contas	Designação	ACTIVO			
		Previsão 2018	Previsão 2017	Previsão 2016	Em euros 2015
	<b>DIVIDAS TERCEIROS-Méd.longo prazo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>DIVIDAS TERCEIROS - Curto prazo</b>				
28	Emprestimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	400.000,00	400.000,00	392.123,14	345.568,54
213	Utentes c/c			0,00	0,00
215	Instituições do Ministério da Saúde	1.500.000,00	1.500.000,00	3.897.321,39	1.516.904,46
218	Clientes e utentes cobrança duvidosa	106.000,05	106.000,05	62.558,27	106.000,05
251	Devedores p/execução do orçamento			0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	50.000,00	50.000,00	90.461,19	90.461,19
2619	Adiantamento a fornec. Imobilizado			0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	450.000,00	450.000,00	634.839,38	385.742,38
262/3/4+	Outros devedores	2.800.000,00	2.800.000,00	1.495.300,57	1.842.853,07
267/8	<b>Total dívidas a terceiros.....</b>	<b>5.306.000,05</b>	<b>5.306.000,05</b>	<b>6.572.603,94</b>	<b>4.287.529,69</b>
	<b>TITULOS NEGOCIAVEIS</b>				
151	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	1.000.235,43
	<b>Total títulos negociáveis .....</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000.235,43</b>
	<b>DEPOSITOS INST.FINANC./CAIXA</b>				
13	Conta no Tesouro	1.498.000,00	1.498.000,00	3.393.849,02	2.436.752,18
12	Depósitos em inst. Financeiras			10.301,56	3.906,90
11	Caixa	2.000,00	2.000,00	24.727,64	4.495,50
	<b>Total de depósitos e caixa ...</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>3.428.878,22</b>	<b>2.445.154,58</b>
	<b>ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS</b>				
271	Acrescimos de Proveitos	4.250.000,00	4.250.000,00	7.037.198,64	4.724.926,23
272	Custos diferidos	12.388,78	12.388,78	1.173,01	12.388,78
	<b>Total acréscimos e diferimentos</b>	<b>4.262.388,78</b>	<b>4.262.388,78</b>	<b>7.038.371,65</b>	<b>4.737.315,01</b>
	<b>TOTAL DO ACTIVO ....</b>	<b>20.652.328,16</b>	<b>20.947.794,06</b>	<b>25.591.711,06</b>	<b>22.842.768,02</b>

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

Em euros

Código de Contas	Designação	EXERCÍCIO			
		Previsão 2018	Previsão 2017	Previsão 2016	2015
<b>FUNDO PATRIMONIAL</b>					
51	Património	43.342.791,00	43.342.791,00	43.342.791,00	43.342.791,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVAS</b>					
574	Reservas livres	0,00	0,00	0,00	0,00
575	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00
576	Doações	32.868,85	32.868,85	32.868,85	32.868,85
577	Reservas decorrentes da transferência de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total das reservas .....</b>	<b>32.868,85</b>	<b>32.868,85</b>	<b>32.868,85</b>	<b>32.868,85</b>
59	Resultados transitados	-57.528.326,41	-57.066.662,26	-55.857.763,71	-49.440.905,15
88	Resultado líquido do exercício	-461.664,15	-461.664,15	-1.208.898,55	-6.416.858,56
	<b>Total do Fundo Patrimonial .....</b>	<b>-14.614.330,71</b>	<b>-14.152.666,56</b>	<b>-13.691.002,41</b>	<b>-12.482.103,86</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>PROVISÕES</b>					
291	Provisões para cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
292	Provisões para riscos e encargos	112.311,60	112.311,60	0,00	112.311,60
	<b>Total de provisões .....</b>	<b>112.311,60</b>	<b>112.311,60</b>	<b>0,00</b>	<b>112.311,60</b>
<b>DIVIDAS TERCEIROS - Médio e longo prazo .....</b>					
		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DIVIDAS TERCEIROS - Curto prazo:</b>					
219	Adiantamentos de clientes, utentes e Inst.Min.Saúde	16.850.000,00	16.850.000,00	18.316.788,58	13.690.341,03
221	Fornecedores c/c	6.853.392,04	6.687.193,79	8.970.263,50	8.383.354,88
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	700.000,00	700.000,00	705.868,21	736.190,11
2311	Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
252	Credores pela execução do orçamento			0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	70.000,00	70.000,00	81.675,39	79.016,83
24	Estado e Outros Entes Públicos	1.180.955,23	1.180.955,23	1.054.219,84	1.080.955,23
262/3/4+					
267/8	Outros Credores	5.000.000,00	5.000.000,00	4.980.817,55	5.618.228,36
	<b>Total de dívida a terceiros .....</b>	<b>30.654.347,27</b>	<b>30.488.149,02</b>	<b>34.109.633,07</b>	<b>29.588.086,44</b>
<b>ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS</b>					
273	Acréscimos de custos	3.500.000,00	3.500.000,00	3.743.677,15	4.465.658,62
274	Proveitos diferidos	1.000.000,00	1.000.000,00	1.429.403,25	1.158.815,22
	<b>Total de acréscimos e diferimentos</b>	<b>4.500.000,00</b>	<b>4.500.000,00</b>	<b>5.173.080,40</b>	<b>5.624.473,84</b>
	<b>TOTAL DO PASSIVO ...</b>	<b>35.266.658,87</b>	<b>35.100.460,62</b>	<b>39.282.713,47</b>	<b>35.324.871,88</b>
	<b>TOTAL F. PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>20.652.328,16</b>	<b>20.947.794,06</b>	<b>25.591.711,06</b>	<b>22.842.768,02</b>

## Demonstração de fluxos de caixa previsional

Em euros

Descrição	Previsão 2018	Previsão 2017	Previsão 2016	2015
<b>Actividades operacionais</b>				
Recebimento de Clientes	43.472.418,00	43.472.418,00	42.726.471,13	82.308.278,96
Pagamento a fornecedores	-11.926.166,00	-13.855.044,22	-13.325.781,43	-15.824.356,50
Pagamento a pessoal	-31.362.935,00	-31.362.935,00	-29.194.504,58	-29.837.949,09
<b>Fluxos gerados pelas operações .....</b>	<b>183.317,00</b>	<b>-1.745.561,22</b>	<b>206.185,12</b>	<b>36.645.973,37</b>
Pagamento de IRC	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros pagamentos/Recebimentos operacionais	-10.000,00	-10.000,00	-53.729,91	-38.218.420,07
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>	<b>-10.000,00</b>	<b>-10.000,00</b>	<b>-53.729,91</b>	<b>-38.218.420,07</b>
Recebimentos extraordinários	0,00	0,00	0,00	430.517,06
Pagamentos extraordinários	0,00	0,00	0,00	-106.627,59
<b>Fluxos gerados pelas rubricas extraordinárias ...</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>323.889,47</b>
<b>Fluxos das actividades operacionais .....</b>	<b>173.317,00</b>	<b>-1.755.561,22</b>	<b>152.455,21</b>	<b>-1.248.557,23</b>
<b>Actividades de investimentos</b>				
Recebimentos provenientes de				
Investimentos Financeiros				
Imobilizações Corpóreas Imobilizações Incorpóreas				
Subsídios de Investimento				
Juros e proveitos similares				
Dividendos				
Pagamentos respeitantes a				
Investimentos financeiros				
Imobilizações corpóreas				
Imobilizações incorpóreo				
Imobilizações em curso				
<b>Fluxo das actividades de Investimento .....</b>	<b>-167.767,00</b>	<b>-167.767,00</b>	<b>-167.767,00</b>	<b>-166.072,77</b>
0,00	0,00	5.300,00	5.345,88	
<b>Actividades de Financiamento</b>				
Recebimentos provenientes de				
Empréstimos Obtidos				
Aumentos de Capital				
Subsídios e doações				
Venda de acções próprias				
Cobertura de prejuízos				
Pagamentos respeitantes a				
Empréstimos Obtidos				
Amortizações de contratos de locação financeira				
Juros e custos similares				
Dividendos				
Reduções de capital e prestações suplementares				
Aquisição de acções próprias				
<b>Fluxo de actividade de financiamento .....</b>	<b>-5.550,00</b>	<b>-5.550,00</b>	<b>-6.500,00</b>	<b>-6.559,67</b>
0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Variação de caixa</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.928.878,22</b>	<b>-16.511,79</b>	<b>-1.418.048,08</b>
<b>Caixa no início do período</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>3.428.878,22</b>	<b>3.445.390,01</b>	<b>4.863.438,09</b>
<b>Caixa no fim do período</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>3.428.878,22</b>	<b>3.445.390,01</b>

## DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO OE2016

Anexo à Circular OE2016  
Série A 13/9



### Anexo XI

#### Declaração de conformidade do OE/2016

Programa	13
Ministério	12
Designação Serviço:	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE, E.P.E.
Código Serviço:	6516

Declaro que a informação registada no Sistema de Orçamento de Estado (SOE) está conforme com a proposta do orçamento aprovada pela Tutela, respeitando o plafond distribuído ao serviço/organismo. Mais declaro que o Mapa OE – 12/Mapa OP – 02 foi submetido devidamente no SOE acompanhado dos seguintes documentos:

- Memória Justificativa da proposta do orçamento do Serviço
- Mapa de pessoal do serviço ou organismo aprovado pela Tutela
- Atualização do Sistema Central de Encargos Fiscais (SCEF)
- Demonstrações financeiros provisionais \*
- Parecer da Fiscal Única \*\*
- Documento comprovativo do NIPC/NIF \*\*\*
- Anexos Relativos a Despesas com a Pessoal (Anexos I, IIA e III)

O responsável máximo do serviço

(Assinatura digital certificada)

Data: (registado automaticamente)

\* Não aplicável aos Serviços Integrados

\*\* Não aplicável aos Serviços Integrados e CPC abrangendo pelo regime simplificado

\*\*\* Aplicável às entidades que passaram a integrar o perímetro das Administrações Pudicas em 2016 e às entidades cujo NIPC/NIF tenha sofrido alteração em 2015.

  
**Jorge Rui Reis de Pinho**

**Economista**  
**Revisor Oficial de Contas N.º 452**

## **PARECER DO FISCAL ÚNICO/REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE O ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES**

### **INTRODUÇÃO**

1. De acordo com a indicação da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, vem o Fiscal Único do Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. dar Parecer sobre o seu Orçamento e Plano de Actividades relativo ao período de 2016.

### **RESPONSABILIDADES**

2. De acordo com o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º18/2017, de 10 de Fevereiro, é da responsabilidade do Conselho de Administração a elaboração do Orçamento Anual bem como do Plano de Atividades, que deverão ser reportados às respectivas entidades. Na medida em que o Orçamento e Plano de Atividades assentam em informação financeira de carácter prospectivo, é igualmente da responsabilidade do Conselho de Administração assegurar que sejam elaborados e apresentados com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportados por um sistema de informação apropriado. É igualmente da responsabilidade do Conselho de Administração assegurar a sustentabilidade económica e financeira das atividades programadas, assegurando a verificação da respetiva cobertura orçamental e a existência de origens sustentadas de fundos para assegurar o seu financiamento.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência da documentação que nos foi apresentada, a razoabilidade dos pressupostos assumidos, à luz da documentação disponibilizada e, em especial, a cobertura orçamental dos encargos previstos, competindo-nos emitir um parecer profissional e independente baseado no nosso trabalho.

### **ÂMBITO**

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada sobre se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente e

*Jorge Rui Reis de Pinho*

**Economista  
Revisor Oficial de Contas N.º 452**

consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
    - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
    - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
    - a apresentação da informação previsional;
  - b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência
5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente Parecer sobre o Orçamento e o Plano de Atividades relativo ao período de 2016.

## **PARECER**

6. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.
7. Devemos, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 20 de Julho de 2017

*Jorge Rui Reis de Pinho, ROC nº 452*